

CONSTRUÇÕES SOCIAIS: O PAPEL DA ESCOLA FRENTE À INCLUSÃO E À DIVERSIDADE

Tatiane Marinho Maciel¹

INTRODUÇÃO

O presente estudo, intitulado "Construções Sociais: O Papel da Escola Frente à Inclusão e à Diversidade", visa examinar a função crucial das instituições escolares na promoção de um ambiente educacional inclusivo e diverso. Em uma sociedade em constante transformação, as escolas têm a responsabilidade de garantir uma educação que respeite e valorize a diversidade dos alunos, proporcionando igualdade de oportunidades para o desenvolvimento integral de todos (Freire, 1996).

A justificativa para este trabalho decorre da necessidade urgente de compreender como as políticas educacionais e práticas pedagógicas podem ser aprimoradas para efetivamente promover a inclusão e a diversidade. Apesar dos avanços legislativos significativos, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a implementação prática dessas diretrizes frequentemente enfrenta desafios substanciais, como apontado por Mantoan (2003). A análise da efetividade dessas políticas e práticas é crucial para garantir que todos os alunos, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade e equitativa.

Os objetivos desta pesquisa são: (1) Analisar as políticas educacionais para identificar os avanços e desafios na sua implementação; (2) Examinar a eficácia das práticas pedagógicas inclusivas; e (3) Avaliar como a formação continuada dos educadores influencia a inclusão e diversidade. Esses objetivos visam compreender como as políticas e práticas interagem para promover um ambiente educacional mais inclusivo e como a formação dos professores pode influenciar positivamente esse processo.

Em síntese, a discussão e os resultados da pesquisa revelam que, embora as políticas e práticas inclusivas tenham avançado, a efetividade dessas medidas ainda é limitada por fatores

Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Metropolitana de Horizonte – FMH, Pós-graduada em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional e em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica, tatianemarinho1196@gmail.com

como a falta de formação adequada dos educadores e a necessidade de mais recursos e suporte institucional.

A formação continuada dos professores é identificada como um fator crucial para superar essas limitações, proporcionando aos educadores o conhecimento e as habilidades necessários para implementar práticas pedagógicas inclusivas de forma eficaz. Este estudo contribui para o entendimento das dinâmicas envolvidas na inclusão escolar e oferece recomendações para melhorar a implementação das políticas e práticas educacionais.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para este estudo é predominantemente baseada em revisão bibliográfica, com o objetivo de reunir e analisar informações de diversas fontes relevantes para o tema. O processo metodológico é estruturado por caminhos que garantem uma análise compreensiva e detalhada da inclusão escolar e das políticas educacionais.

Estes caminhos incluem: análise de livros e artigos acadêmicos de autores renomados, para estabelecer uma base teórica sobre inclusão e diversidade; análise de documentos legais sobre inclusão e políticas educacionais; revisão de pesquisas recentes sobre a eficácia das políticas de inclusão e a prática pedagógica inclusiva; e avaliação crítica e reflexão dos avanços e desafios na inclusão escolar. Essa abordagem metodológica permite uma análise crítica e detalhada das diretrizes existentes, das práticas observadas nas escolas e dos impactos da formação continuada dos educadores na promoção da inclusão e diversidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo é baseado em autores que discutem a inclusão e a diversidade na educação. Paulo Freire (1996) destaca a importância de uma educação que promova a emancipação e o respeito à diversidade. Antônio Nóvoa (2017) enfatiza a necessidade de formação contínua para que os educadores possam aplicar metodologias pedagógicas inclusivas de maneira eficaz. Maria Teresa Eglér Mantoan (2003) analisa práticas pedagógicas inclusivas e a aplicação das políticas inclusivas nas escolas, apontando tanto os avanços quanto os desafios enfrentados na implementação dessas políticas.

Complementando este referencial, a legislação educacional brasileira, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e o Plano Nacional de educação (Lei nº 13.005/2014), estabelece diretrizes claras para a promoção de uma educação

inclusiva; bem como, a revisão de artigos científicos que abordam evidências empíricas sobre inclusão e diversidade, fornecem uma base abrangente para a investigação do papel da escola na promoção da inclusão e da diversidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação deve promover a emancipação e o respeito pela diversidade, assegurando a inclusão e a participação ativa de todos os alunos para criar um ambiente educacional justo e equitativo (FREIRE, 1996), conforme estabelecido nas políticas educacionais brasileiras, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que garante a inclusão escolar.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, Art. 27)

No entanto, a realidade das escolas frequentemente revela lacunas na aplicação desse direito. A ausência de adaptação curricular, professores autoritários, alunos sem espaço de fala, precariedade do ambiente escolar e de recursos pedagógicos, evidenciam a necessidade de uma melhor articulação entre políticas e práticas pedagógicas. (ALBUQUERQUE, 2021, p. 11)

Mantoan (2003) denuncia o esgotamento do modelo educacional vigente, que não beneficia a inclusão e a diversidade humana. E, diante desse cenário, aponta que:

Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. A inclusão, portanto, implica mudança desse tal paradigma educacional para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazando. (MANTOAN, 2003, p. 12)

Nesse sentido, entende-se que um espaço escolar inclusivo demanda atitudes e práticas pedagógicas diferenciadas e eficazes, cruciais para o sucesso da inclusão escolar. Entretanto, apesar do esforço empregado por muitos professores para adotar metodologias inclusivas, muitos educadores ainda enfrentam dificuldades na implementação dessas práticas. Visto que, falta de recursos e a deficiência na formação docente no sentido da inclusão, fazem com que “os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças nas salas de aula, especialmente atender os alunos com deficiência”. (MANTOAN, 2003 apud MILLER, 2000, p. 14)

Frente a essa perspectiva, programas de formação continuada bem estruturados, que abordam estratégias práticas e conhecimento específico sobre as necessidades dos alunos,

podem melhorar significativamente a prática pedagógica dos professores e, conseqüentemente, a inclusão. Nóvoa e Vieira (2017) defende que a formação contínua deve ser dinâmica e adaptável, permitindo aos educadores atualizarem seus conhecimentos e aprimorar suas habilidades pedagógicas.

Adicionalmente, destaca-se que, além das políticas educacionais, é necessário melhorar a infraestrutura das instituições escolares e, constantemente, investir e incentivar a capacitação docente, para garantir que os professores estejam preparados para criar ambientes educacionais que atendam a todos os alunos de maneira equitativa. Pois, “só há educação quando conseguimos passar das visões fragmentadas à criação de uma realidade partilhada. Há duas tarefas imprescindíveis na escola: aprender a trabalhar o conhecimento e aprender a conviver com os outros”. (NÓVOA; VIEIRA, 2017, P. 28)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou a relevância e os desafios enfrentados pelas instituições escolares na promoção de um ambiente inclusivo e diverso. Apesar dos avanços legislativos e das políticas educacionais voltadas para a inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a prática educacional ainda enfrenta barreiras significativas, que comprometem a efetividade dessas diretrizes. Essas barreiras, frequentemente relacionadas à falta de recursos e à formação insuficiente dos educadores, mostram que a inclusão, embora desejável e necessária, ainda é um objetivo distante para muitas escolas.

A pesquisa destaca que a formação continuada dos professores é um elemento-chave para superar esses desafios. É através dessa formação que os educadores podem adquirir as habilidades e o conhecimento necessários para implementar práticas pedagógicas que respeitem e valorizem a diversidade, atendendo de maneira equitativa a todos os alunos. Além disso, a adequação da infraestrutura escolar é essencial para que essas práticas sejam efetivamente aplicadas.

Portanto, a construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo exige não apenas o cumprimento das legislações existentes, mas também um esforço contínuo de aprimoramento das práticas pedagógicas e do suporte oferecido às escolas. Somente assim será possível garantir que a diversidade seja reconhecida e valorizada, permitindo que todos os alunos possam se desenvolver plenamente em um ambiente de respeito e igualdade.

Palavras-chave: Inclusão Educacional, Diversidade na Educação, Formação de Educadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Ednea Rodrigues de. Prática pedagógica inclusiva: problematizando as adaptações curriculares para estudantes com deficiência. *In: XVII Seminário Capixaba de Educação Inclusiva, 2020, Vitória, ES. Anais do VI Seminário Nacional de Educação Especial, v. 3, n. 3 (2021) [recurso eletrônico] / organização e realização UFES. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/snee/article/view/34319/23018&ved=2ahUKEwi-8-Gm-JmIAXWOSLgEHUESDEsQFnoECCUQAQ&usg=AOvVaw01dj_irBZB9iyUq1gBbkOG>. Acesso em: 31 jul. 2024.*

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm?msckid=e03ca915a93011eca55b7de3600188ab>. Acesso em: 02 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. PNE, 2014-2024. Brasília, DF. Disponível em: <<https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 02 ago. 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan. – São Paulo: Moderna, 2003. - (Coleção cotidiano escolar)

NÓVOA, A.; VIEIRA, P. Um alfabeto da formação de professores (A teacher education alphabet). *Crítica Educativa*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 21-49, 2017. DOI: 10.22476/revcted.v3i2.217. Disponível em: <<https://www.criativaeducativa.ufscar.br/index/php/criticaeducativa/article/view/217>>. Acesso em: 14 ago. 2024.